

PF pede quebra de sigilo de Bolsonaro e diz que venda ilegal de joias o beneficiou

Operação Lucas 12.2

PF pede quebra de sigilos de Bolsonaro e diz que ele mobilizou venda ilegal de joias

Solicitação de abertura de dados fiscais e bancários foi feita ao Supremo; inquérito apura comércio de presentes oficiais no exterior; Wassef e pai de Mauro Cid são alvo de operação

ELIANE CANTANHÊDE
BRASILIA
PEPITA ORTEGA
RAYSSA MOTTA
ISABELLA ALONSO PANHO
SAO PAULO

A Polícia Federal pediu ao Supremo Tribunal Federal a quebra dos sigilos fiscal e bancário do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e a autorização para tomar o depoimento do ex-chefe do Executivo na investigação que apura suspeita de venda ilegal de joias e presentes que ele recebeu no mandato. O gesto é considerado mais um passo no cerco da Justiça a Bolsonaro. Em nota, a defesa do ex-presidente negou a participação dele em desvios de "quaisquer bens públicos".

A PF também quer ouvir a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e acionou o FBI para avançar nas apurações nos Estados Unidos, onde os itens, conforme os investigadores, eram negociados por auxiliares militares de Bolsonaro. Segundo o Estadão apurou, o diretor-geral da PF, Andrei Passos, conversou por telefone, nos últimos dois dias, com o ministro da Defesa, José Mucio, e com o comandante do Exército, general Tomás Paiva. Os dois mantêm a posição de sempre: separar as Forças Armadas de oficiais que cometam "erros", que devem se defender por conta própria.

Encalhado
Em mensagem, Mauro Cid diz que Bolsonaro não quis alguns itens que não foram vendidos: 'Não valia nada'

Batizada de Operação Lucas 12.2, a ofensiva deflagrada ontem colocou Bolsonaro sob suspeita de desvios de presentes de alto valor recebidos em razão do cargo para serem negociados no exterior. "Os valores obtidos dessas vendas eram convertidos em dinheiro em espécie e ingressavam no patrimônio pessoal do ex-presidente", disse o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo, ao autorizar as diligências.

ALIADOS. A operação vasculhou endereços do general da re-

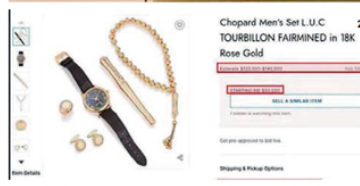
serva Mauro Cesar Lourena Cid, do segundo-tenente Osmar Crivelatti e do advogado Frederick Wassef, todos do entorno de Bolsonaro. Wassef já atuou pela família Bolsonaro, Mauro Cesar Lourena Cid é pai de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, e Crivelatti é assessor do ex-presidente. São investigados possíveis crimes de peculato e lavagem de dinheiro. As ordens foram expedidas por Moraes no inquérito das milícias digitais, que apura ataques à democracia.

Bolsonaro e Mauro Cid não foram alvo de buscas porque já tiveram endereços vasculhados na investigação sobre fraudes em cartões de vacina contra a covid-19 - o ex-ajudante de ordens foi preso na ocasião. A PF entendeu que seria desnecessária a realização de novas medidas cautelares.

De acordo com os investigadores, o montante obtido com a venda dos presentes era destinado a Bolsonaro "por meio de laranjas e sem utilizar o sistema bancário formal, com o objetivo de ocultar a origem, a localização e a propriedade dos valores". A suspeita é de que o setor oficial responsável pela definição do destino de presentes tenha sido utilizado para desviar, para o acervo privado, itens de alto valor.

Para a PF, é possível que o esquema tenha ocorrido durante quase toda a gestão de Bolsonaro, entre 2019 e dezembro de 2022. "Tais recursos ficaram acautelados e sob responsabilidade do general da reserva Mauro Cesar Lourena Cid e posteriormente transferidos, em dinheiro espécie, para a posse de Jair Bolsonaro."

LEILÃO. Bolsonaro e seus auxiliares teriam usado o mesmo "modus operandi" para retirar do País pelo menos quatro conjuntos de presentes recebidos em viagens internacionais. Um deles, kit da marca Chopard contendo relógio, caneta, anel, abotoaduras e rosário, foi colocado à venda por US\$ 120 mil. Foi esse anúncio em um site americano de leilão de objetos de luxo que implicou Bolsonaro. A PF cruzou dados e descobriu que o dono das joias era o ex-presidente. Os investigadores acreditam que elas tenham sido levadas aos EUA no avião



1 Kit de itens em ouro branco que teria sido desviado
2 Conjunto oferecido em site americano de leilão
3 Escultura de palmeira que grupo investigado tentou vender

Ordem para devolução de presentes levou a uma 'operação resgate'

Quando o Estadão revelou, em março, que o governo de Jair Bolsonaro havia tentado trazer de forma ilegal joias doadas pela Arábia Saudita, um kit já estava à venda em um site americano de leilão de objetos de luxo. Após a reportagem, o Tribunal de Contas da União determinou que as joias sauditas e outros presentes recebidos pelo então presidente fossem devolvidos ao acervo

da União. A decisão, conforme a Polícia Federal, fez com que aliados de Bolsonaro promovessem "uma verdadeira operação para resgatar os bens", que estavam em estabelecimentos comerciais nos Estados Unidos.

Parte dos objetos que não foram comercializados no exterior retornou ao Brasil. No entanto, Frederick Wassef teve de "recuperar" um relógio de ouro branco que havia sido vendido. Mauro Cesar Lourena Cid e Osmar Crivelatti participaram da "operação resgate" recebendo os itens no Brasil. O PAZEM

oficial da Presidência, em dezembro de 2022, e colocadas à venda em fevereiro deste ano. Mensagens mostram que Mauro Cid procurou lojas em Miami e Nova York para negociar. O grupo investigado tentou vender ainda um kit contendo anel, abotoaduras, rosário e relógio Rolex dado pela Arábia Saudita; esculturas recebidas no Bahrein; e um relógio Patek Philippe. Dados telemáticos de

Mauro Cid mostram que ele enviou ao ex-presidente fotografia do certificado desse relógio "indicando que foi vendido". A PF destacou, ainda, mensagem de um auxiliar a Mauro Cid que relata o "desaparecimento" de objetos. "Porque já sumiu um que foi com a dona Michelle."

REFLEXO. O reflexo do general Mauro Cesar Lourena Cid na foto usada em uma das nego-

ciações de uma caixa de escultura serviu de prova para a Operação Lucas 12.2. Ele enviou as imagens a Mauro Cid e pediu ao filho orientações de onde levar o objeto para que o valor fosse avaliado. Em mensagens, Mauro Cid pede ao pai para "não esquecer de tirar fotos" e "ver se tem algum documento junto com as peças". Segundo a PF, o nome da operação de ontem faz alusão ao versículo da Bíblia: "Não há nada escondido que não venha a ser descoberto, ou oculto que não venha a ser conhecido".

A defesa de Bolsonaro afirmou, em nota, que, "voluntariamente, peticionou no TCU requerendo o depósito dos itens naquela Corte, até final decisão sobre seu tratamento, o que de fato foi feito". Segundo os advogados Paulo Amador da Cunha Bueno, Daniel Bettamio Tesser e Fábio Wajngarten, o ex-presidente "reiterou que jamais apropriou-se ou desviou quaisquer bens públicos, colocando à disposição sua movimentação bancária".

Os outros citados não haviam se manifestado até a noite de ontem. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 10